



Assembleia de Freguesia de Alhos Vedros

ATA DA SESSÃO N.º 18

Sessão Ordinária de 17/04/2024

Aos dezassete dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e quatro, pelas 21:00 horas, nesta vila de Alhos Vedros, no edifício da Junta de Freguesia, no Largo da Graça, reuniu-se em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia, para a sua 18.^a sessão, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1 – Relatório de Gestão e Prestação de Contas 2023
- 2 – Inventário
- 3 - 1.^a Revisão ao Orçamento
- 4 – Discussão dos Atos da Junta

Estiveram ausentes os seguintes membros da Assembleia de Freguesia de Alhos Vedros:

- Irina Cardoso substituída por Cândido Pereira
-

Estiveram presentes os seguintes membros do Executivo da Junta de Freguesia de Alhos Vedros:

- Artur Varandas
- Maria João Fatia
- José Ferreira
- Paula Amorim (participou como membro da Assembleia)
- Carlos Dias

PERÍODO ANTERIOR À ORDEM DO DIA

A Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia de Alhos Vedros deu início à realização da Assembleia de Freguesia informando que chegou à Assembleia o relatório de atividades e contas 2023 e o plano de atividades para 2024 da Caravela de Ideias, Associação das Mulheres de Alhos Vedros, que se encontra para consulta de todos.

De seguida, a Sra. Eli Rodrigues, da bancada da CDU leu uma Tomada de Posição Política da sua bancada (anexa à ata)

Seguidamente foi lida pela Sra. Célia Penedo, da bancada do PS uma declaração política - Mais desenvolvimento e melhorias em Alhos Vedros (anexa à ata).

Em seguida, foi lida pela Sra. Paula Diogo do M +, uma Moção intitulada Mobilidade para o Barreiro (anexa à ata).

Não havendo intervenções por parte da Assembleia, esta moção foi posta a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

De seguida, foi lida pela Sra. Eli Rodrigues, da bancada da CDU, uma Moção intitulada Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder local democrático (anexa à ata).

Cândido Pereira – PS (Partido Socialista)

Concorda com quase tudo o que está aqui escrito, a única coisa que não concorda é o ponto 6 onde diz “Exortar os Órgãos a participar no desfile ... na Vila da Moita”

Eli Rodrigues – CDU (Coligação Democrática Unitária)

A única coisa que tem a dizer é que esta manifestação é feita há muitos anos pelas coletividades, foi começada pelas coletividades e ainda mais que é os 50 anos do 25 de abril e a CDU irá participar.

Gabriela Filipe – BE (Bloco de Esquerda)

Refere também que é um desfile que se faz há muitos anos e que sempre participou. É um desfile promovido pelas Associações do Concelho e em que a Câmara sempre apoiou e se juntou no percurso. Acha este desfile ainda mais importante pela data que se comemora, os 50 anos do 25 de Abril de 1974 e é no seu Concelho que vai comemorar esta data.

Cândido Pereira – PS

Não é uma questão de estar favor ou contra, é ter uma posição em relação a isto. Enquanto dirigente associativo nunca participou nesta manifestação, tinha as suas razões. Sempre teve algumas dúvidas em relação à forma como era organizada.

Não havendo mais intervenções, a moção foi posta à votação, tendo sido aprovada por maioria com 3 abstenções de Cândido Pereira do PS, Paula Diogo do M + e de Pedro Galha, Independente.

De seguida foi lida pelo Sr. Fábio Silvano, da bancada do PS, uma Saudação aos 50 anos 25 de Abril (anexa à ata).

Não havendo intervenções por parte de Assembleia, a saudação foi posta à votação, tendo sido aprovada por maioria com 2 abstenções dos membros independentes Rosa Paula Marques e Pedro Galha.

De seguida foi lida pela Sra. Paula Amorim, da bancada do PS, uma Saudação ao 1º Maio, Dia do Trabalhador (anexa à ata).

Não havendo intervenções por parte da Assembleia, esta saudação foi posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com 2 abstenções dos membros independentes Rosa Paula Marques e Pedro Galha.

De seguida foi posta à discussão as atas da 13ª Sessão (2 partes) enviadas previamente por e-mail aos membros.

Jorge Marques - CDU

Chamou a atenção para o facto de haver duas atas com o mesmo número de sessão quando foram feitas 2 Assembleias em dois dias diferentes e até com algumas presenças diferentes.

A Presidente da Mesa explicou que, perante a lei e o próprio regimento da Assembleia, é possível ser assim, visto a segunda Assembleia ser a continuação da primeira e foi feita nas 24 horas seguintes. Chamou também, a atenção que na altura todos concordaram fazer a Assembleia no dia seguinte e não uma Assembleia Extraordinária noutro dia.

A ata da Sessão Ordinária nº 13 do dia 20-04-2023 (1ª parte) foi posta a votação. Foi aprovada com 5 abstenções, sem os votos dos membros Márcia Oliveira, Cândido Pereira e Paula Amorim.

A ata da Sessão Ordinária nº 13 do dia 21-04-2023 (2ª parte) foi posta a votação. Foi aprovada com 5 abstenções, sem os votos dos membros Pedro Galha, Cândido Pereira e Paula Amorim.

A Presidente da Mesa continuando no período antes da Ordem do Dia pergunta ao público presente se pretende falar.

Sr. João Brito

Na qualidade de Presidente da Direção do CRI quer agradecer aos fregueses que confiaram no projeto da rampa de mobilidade reduzida do ano passado 2023 e à comissão de avaliação do orçamento participativo. Este ano concorreram novamente, houve uma decisão negativa por parte da comissão. Não vem opor-se à decisão, mas têm um entendimento diferente da comissão de avaliação. A comissão de avaliação negou a possibilidade de os fregueses decidirem sobre a colocação dos termos baseados em como a proposta não se versava nas matérias da Junta de Freguesia ou possível interesse público. Negaram a possibilidade de os fregueses escolherem ou optarem favoravelmente sobre aquele projeto que tinham relativizando a situação sobre não possuir interesse público, portanto vem expressar, não se opondo à decisão, naturalmente há uma comissão de avaliação que o fez e que apreciou, mas vem aqui dizer que o mesmo projeto que apresentaram o ano passado foi colocado dentro do nosso Parque Desportivo em regime privado, que serve à população que o frequenta e que também foi considerado como interesse público, ou seja desde que entrem dentro de um Parque Desportivo é sempre considerado de interesse público. Quer também deixar para reflexão sobre, por exemplo, o que aconteceu nestas jornadas da Juventude em que a grande maioria das associações do País foi quem alocou todos os jovens e não jovens que vieram participar nessa jornada, portanto cada vez que cada Associação se compromete a fazer uma candidatura ou a fazer um projeto é sempre para servir o interesse público, é sempre para servir a população a que se destina na Freguesia e no Concelho. Naturalmente houve um regulamento, tentam sempre cumprir os regulamentos, havia um regulamento a cumprir, no regulamento foi decidido que não havia interesse público, mas há uma coisa que a Junta de Freguesia, neste caso foi uma comissão da Junta de Freguesia, não está a culpar a Junta de Freguesia da decisão, devem fazer parte todos os elementos das bancadas mas houve uma situação que não podem prejudicar a

vontade dos fregueses, a Junta de Freguesia tem legalização sobre a competência de várias matérias, uma delas que é promover, executar projetos de intervenção de interesse público, da ação social cultural e desporto e foi isso que o fez, ou seja organizou um orçamento participativo para promover a ação comunitária, neste caso que trabalhamos na cultura e no desporto. A Junta deve participar em colaboração com as instituições particulares, ou seja, deu a oportunidade dos fregueses e a própria instituição também colocar verbas e pedir verbas para que os projetos possam concluir-se, mas depois a seguir esqueceu-se ou seja não apoiou a actividade de natureza social retirando a possibilidade dos fregueses serem eles a escolher, retirou e não apoiou uma candidatura. Fez tudo, promoveu, participou, mas e depois retirou o apoio, retirou o apoio dos fregueses, ou seja, retirou a possibilidade de os fregueses escolherem. Nesta parte foi tudo muito bem feito, não se opuseram nem recorreram de ponto nenhum, mas quem tinha que decidir sobre o que era melhor ou não era melhor para se fazer tinham que ser os fregueses, eram os fregueses que iam escolher. Tiveram a felicidade do ano passado concorrer e ganhar, este ano também houve mais oportunidades a mais pessoas de concorrerem, a mais associações, até a particulares concorrerem desde que esse motivo fosse pelo interesse público, mas tem que ser sempre os fregueses a escolher. Podiam ser novamente felizes e ter a candidatura do nosso lado como não, mas isso seriam os fregueses que tinham que escolher. É para isso que serve o orçamento participativo, portanto com estas palavras não está de forma nenhuma a decidir se foi bem feito ou não, está a dizer que deixaram de dar a oportunidade aos fregueses da Freguesia de Alhos Vedros de poderem ser eles a decidir. Seguidamente entregou a todas as bancadas e também à Assembleia uma reflexão sobre o que é a atividade de cultura e recreio no ontem, hoje e amanhã, são palavras retiradas de um livro do vice-presidente da Confederação Portuguesa de Coletividades Cultura, Recreio e Desporto, em que dá nota da importância das associações do nosso País (anexa à ata).

Sr. André Galhós

Veio a esta Assembleia para esclarecer o Sr. Rui Guerra sobre uma discussão que houve em relação ao Grupo Desportivo da Fonte da Prata. Foi dito, na altura, que o Grupo Desportivo da Fonte da Prata já tinha tido um clube de futebol com mesmo com o mesmo tipo de projeto que atualmente existe. Quer acreditar que isso seja um equívoco ou que seja um engano, foi dito aqui pelo Sr. Rui Guerra que o projecto ou a equipa de futebol que o Almerindo Fortes está a dirigir neste momento já tinha existido um projeto igual há anos atrás. Esse projeto nunca existiu, nunca houve uma equipa de formação de futebol no Grupo Desportivo da Fonte da Prata. Este projecto serve de motivação às crianças do Bairro para não enveredarem por outros caminhos menos bons. O que houve foi uma equipa sénior de futebol criada por um grupo de amigos que queriam praticar futebol pelo Grupo Desportivo da Fonte da Prata e que saiba nunca tiveram qualquer tipo de apoio tanto da Junta de Freguesia como da Câmara Municipal da Moita. Agora quer realçar o apoio que a Junta de Freguesia tem dado tanto à Associação como ao Grupo Desportivo. Pergunta, ainda, à bancada da CDU porque é que nunca viu uma tomada de posição deste Partido em relação à rede de abastecimento de águas da Fonte da Prata, gostava realmente de saber se consideram que existe ali um problema ou não, porque daquilo que pesquisa não encontra nada em que digam que ali efetivamente existe um problema e que tem que ser resolvido, porque desde sempre sou vê canalizações a rebentar.

Artur Varandas – Presidente do Executivo

Em resposta ao Sr. João Brito compreende a indignação e a insatisfação pela decisão da comissão de acompanhamento, mas foi uma decisão da própria comissão. Pode haver alguma dúvida em relação à utilidade do próprio projeto, se seria mais público mais abrangente para a população como a rampa, mas acha que a rampa é inequívoca não há qualquer dúvida em relação à utilidade pública

da rampa, independentemente de estar dentro das instalações. Já no caso dos termoacumuladores não parece que tenha a mesma abrangência pública e de reciprocidade pública do que a rampa.

Em relação ao que o Sr. André Galhós sabe que este futebol de formação é recente, a Junta tem muito prazer em acompanhar e em apoiar este futebol de jovens, por vários motivos porque o desporto e as atividades para os jovens da Fonte da Prata são essenciais do ponto de vista de integração e do ponto de vista social.

Em relação à canalização da Fonte da Prata acha que o principal aqui é resolver-se os problemas, é um problema identificado, no meio de tantas dezenas e centenas de problemas que existem no Concelho e na Freguesia. O que está em causa nas infraestruturas de abastecimento de água da Fonte da Prata, é a salubridade e a saúde das pessoas, as pessoas bebem água na Fonte da Prata sem as condições de salubridade e saúde que mereciam há muitos anos. Até a própria rede vai ser substituída, por isso mesmo é que foi prioritário este investimento.

Sr. Carlos Botelho

Leu a sua intervenção abaixo descrita com o considerado mais importante para esta Assembleia:

“Mais uma intervenção escrita deste freguês, não fazer perguntas, mas apresentar algumas considerações sobretudo sobre o 25 de Abril. Claro que o Sr. Presidente Artur Varandas não me vai responder porque já me disse que não responde a considerações, não responde, mas fala quando acha necessário. Começo por falar nos festejos dos 50 anos do 25 de Abril, são celebrações das bodas de ouro, com ouro só para alguns. Considero estas celebrações um circo que acho que vai contra os princípios fundamentais deste dia, tanta atitude contraditória disfarçada e forçada. Há instituições e pessoas mais ou menos mediáticas que têm comportamentos e intervenções que são simplesmente descargo de consciência. É preciso esconder e disfarçar, é preciso ser macio e ator nesta nova comédia que está por aí a aparecer. Organizam-se eventos enlatados sem qualquer consistência e articulação e rumo através de grupos de elite e outros associados. Há que animar o pessoal e manter tudo como está. O regime está seguro continua o folclore. As elites podem-se tornar perigosas quando seguem determinados rumos que prejudicam o processo político e até social. O 25 de Abril não é só data de festejos e de recordar episódios e pessoas que contribuíram para que ele acontecesse e houvesse sucesso nos objetivos. Neste momento e mais que nunca deve prevalecer a atitude reivindicativa de alerta, de crítica, de denúncia, de exigência e eliminar as manhas que são cada vez mais. Vão ser celebradas as bodas de ouro com comportamento incorreto e escandaloso da instituição igreja católica e de toda a beatice que gira à volta dela. Corrupção por todo o lado onde existe a missão do poder e do dinheiro, grande desigualdade em diversos setores do mundo laboral destruição e degradação de conquistas de Abril em vários setores, poder exagerado a diversos clãs da sociedade portuguesa com regalias incompreensíveis, criação de grupos de elite formados por pseudointelectuais que é o que não falta nesta terra. (esta terra não estou a falar de Alhos Vedros) ou intelectuais. Parece que não utilizaram a inteligência para transmitir o conhecimento à população, falam uns para os outros. Continuação de alguma classe política intocável com mordomias totalmente descabidas e protegidas no obscurantismo do segredo e até na proteção jurídica. O individualismo a mentira a prepotência da parte de gente com responsabilidades na área social e política que só escolhe e protege amigos bem-comportados. A confusão propositada entre conceitos de democracia e justiça social não é a mesma coisa de caridade e de solidariedade também não é a mesma coisa, controle total da comunicação social, podia apontar muitos outros pontos, tenho lá 32, mas por agora chega. Hoje tenho atitudes no mundo que me rodeia sem depender de ninguém não esqueço os meus princípios e as minhas origens. Não vou celebrar as bodas de ouro do 25 de Abril porque eu não quero, no dia 26 de abril cá estarei para novas caminhadas dentro das minhas limitações e vontades. Isto com certeza só é importante para mim,

de uma forma irónica direi até que há gente neste País que celebra o Natal cheio de amor e caridade, mas é tudo esquecido a partir do dia 26 de dezembro ...”

Sr. António Fernandes

Começa por perguntar que gostaria de saber, com uma resposta objetiva e concreta da parte do Executivo, no que diz respeito à manutenção geral e à competência da Junta de Freguesia de Alhos Vedros nas escolas, exatamente o que é e qual é as competências no que diz respeito à manutenção geral, tais como pintura, limpeza dos algerozes, vidros, torneiras, portas, janelas, etc. Outra questão, tem visto várias situações, eventos de apoio da Junta e muito bem, mas gostaria de saber quais os critérios e que tipos de apoio é que são, se é monetário, se é transporte, que tipos de apoios é que são.

Artur Varandas – Presidente do Executivo

Em resposta ao Sr Carlos Botelho, o que tem a dizer em relação à carta que ele mandou é que 50% da sua carta são opiniões e considerações e não responde a opiniões e considerações, 25% são perguntas que já lhe foram respondidas e que quer esclarecimentos adicionais e os outros 25% consegue obter as respostas nas atas do Executivo que são todas publicadas. Sobre as considerações que fez quer esclarecer que este Executivo comemora o 25 de Abril através de uma Moção aprovada por unanimidade nesta Assembleia, o ano passado, de promover e incentivar as Associações a organizarem eventos do 25 de Abril e a Junta dava apoios financeiros e logísticos. Houveram várias reuniões, nessas reuniões participaram membros desta Assembleia, de todos os Partidos, todas as forças políticas, o mais democraticamente possível. Além disso ainda são seis a sete eventos promovidos pela Junta de Freguesia de Alhos Vedros, por sua iniciativa e com os custos próprios da Junta de Freguesia. A Junta tem essa legitimidade assim como a Câmara tem a legitimidade para organizar os eventos e as atividades do 25 de Abril no Concelho. Isto é respeitar a democracia, é respeitar quem foi eleito, a Junta tem uma competência que é a competência de organizar tanto os eventos do 25 de Abril como outros eventos.

Em relação às questões levantada pelo Sr. António Fernandes quer dizer que as competências nas escolas são os pequenos arranjos. Competências protocolares do protocolo assinado com a Câmara são pequenos arranjos: torneiras, portas, fechaduras, tudo o que não tem a ver com a eletricidade. Outros investimentos ou outros arranjos de maior dimensão articulam com a Câmara, que é quem tem a obrigação principal que é o que tem acontecido. Outros investimentos que têm feito são para resolver problemas que existem há algum tempo. Também se investiu, na sequência de um projeto do anterior Executivo que é a colocação de ares condicionados nas escolas.

Em relação aos apoios está tudo publicado nas atas do Executivo. Todo o dinheiro que é entrega às Associações, pagamentos de serviços, aquisições de materiais, investimentos, há uma ata e é publicada. Os critérios é o relatório de contas que enviam e é o relatório de atividades, o plano anual de atividades, estes são os dois critérios principais. Depois há apoios que se dá pontualmente mediante a situação em concreto, analisa-se a situação e são dados apoios mediante a necessidade específica para aquele evento. Mas, o critério principal é reciprocidade pública para a população de Alhos Vedros, não dão apoios sem ser a eventos e Associações que não tenha reciprocidade pública para a população.

Sra. Helena Pereira

A Rua Eça de Queirós nas Arroteias é de sentido único. No início do passeio do lado esquerdo foi colocado um ferro branco junto à porta do antigo restaurante espanhol, um pouco mais à frente existem quatro vasos grandes a ocupar o passeio. Passando os vasos encontram-se dois pneus com baldes cheios de terra e de ervas já grandes. Gostaria de saber qual é o critério, se foi autorizado

pela Junta ou pela Câmara? Há umas semanas atrás, trabalhadores da Câmara andaram a pintar uma lista amarela junto à garagem da vivenda número 9 e uma lista junto da garagem da vivenda número 10, em frente, só que essa foi feita até ao final da mesma vivenda. Gostaria de saber qual é o critério para pintar listas amarelas, se é só em garagens ou também em frente às vivendas? No final do passeio do lado esquerdo no número 57 existe um abatimento do mesmo, talvez provocado pelo ramal de água onde se forma poças de água. No passeio do lado direito a partir do número 40 até ao final os lancis estão em péssimo estado sem cimento entre eles, para quando o arranjo? Há dois meses informou na sessão da Câmara Municipal realizada no Moinho de Maré que o contentor do lixo doméstico na Rua Miguel Tiago junto à rotunda Norte Sul estava partido e que as pessoas têm muita dificuldade em abrir a tampa, até hoje continua na mesma. Gostaria, também, de saber como está a decorrer o projecto da Bata Branca, que se saiba no nosso Centro de Saúde ainda não apareceu nenhum Médico novo. O que é que se passa? Por fim, pergunta pelas obras da Norporte, parte dos muros estão a ruir pondo em causa as pessoas que circulam no passeio.

Sra. Tânia Bento

Fala sobre o orçamento participativo e o facto de não poder votar. Considera que o regulamento que foi aprovado pela comissão é totalmente antidemocrático, penso que tem total direito de poder votar e não consegue compreender porque não. Percebe porque os familiares são impedidos de apresentar propostas, agora votar não percebe. Aliás já consultou vários regulamentos de orçamento participativo e os familiares não estão impedidos de votar, não considera isso justo e pensa que terá de ser revisto rapidamente.

Sr. Nélio Maltez

Vem esclarecer que na Rua Dadrá, ao contrário do que foi dito aqui, tem lá uma tampa de esgoto que foi tapada aquando do asfaltamento, mas existe esgoto. Ainda nessa rua, algumas pessoas passam por ali durante a noite e solicitam a colocação de um candeeiro de iluminação pública. Há um candeeiro mais atrás e outro mais à frente, mas não contempla a rua toda. Na Rua Mouzinho de Albuquerque já foram tapados os buracos, como tinha referido numa outra Assembleia, mas também pediu a colocação de uma banda ou duas para evitar o trânsito muito rápido. Aquilo é uma reta até chegar ao Parque e os carros aceleram por ali acima, pondo em risco a segurança das pessoas. Na Rua António Enes para entrar na Rua Caldas Xavier, em frente ao café, há alguma dificuldade porque existe um contentor que tira a visibilidade para o atravessamento do cruzamento. Basta chegar o contentor mais para trás e o problema fica resolvido. Também quer questionar o porquê do aumento das gavetas no cemitério municipal. Por uma gaveta com 2 restos mortais paga quase a duplicar, ao contrário do que se passa por exemplo no Barreiro, mas agora foi aumentado sem perceber qual a razão.

Artur Varandas – Presidente do Executivo

Em relação às questões levantadas pela Sra. Helena Pereira. todas as questões são relacionadas com competências da Câmara Municipal. Sobre a Rua de Eça de Queirós, o ferro, os vasos, os pneus que lá se encontram tem que ir ver e reportar à Câmara. Em relação às pinturas amarelas na rua, de certeza que foi a Câmara ou alguma empresa prestação de serviços pedida pela Câmara. Quando enviar o e-mail para a Câmara vai contemplar todas estas situações. Em relação ao contentor de lixo partido a mesma situação, se é no sítio onde pensa que é, está prevista uma intervenção nesse local e de certeza que ali em volta o que não tiver bem terá que ser arranjado. Em relação aos Médicos do Centro de Saúde do protocolo Bata Branca, já disse mais que uma vez, é Irreversível, o sector social no Centro de Saúde de Alhos Vedros vai cá pôr Médicos. O protocolo já foi assinado por uma das partes. Não sabe quanto tempo falta, o compromisso vai ser honrado e vão

vir mais Médicos, mas os Médicos que vierem não vão resolver os problemas todos do Centro de Saúde, vêm mitigar os problemas.

Em relação à Norporte não tem conhecimento, vai perguntar a quem de direito se tem alguma informação.

Em relação à situação levantada pela Sra. Tânia Bento, já foi falado na comissão de acompanhamento do orçamento participativo deste ano. Isso é um dos pontos em que vai haver uma proposta de alteração, como outras, e que virá novamente à Assembleia para aprovação.

Em resposta ao Sr. Nélio Maltez, a Rua Dadrá tem esgotos e essa é uma coisa que tem que ser corrigida. A iluminação na rua é mais complexa, terá que ser analisado pelos técnicos da Câmara. Em relação às bandas é uma hipótese que a Câmara deverá considerar, vai transmitir as suas sugestões e observações para quem de direito. Em relação às gavetas é o tema que já tinha colocado aqui mais que uma vez, ainda por cima foram aumentadas, é uma questão que tem que ser vista. O contentor na Rua Caldas Xavier também vai expor essa situação.

Jorge Marques - CDU

Refere que o Sr. Presidente disse há pouco que se bebia água insalubre na Quinta da Fonte da Prata. A Câmara Municipal da Moita recebeu o prémio da qualidade da água 2023, se houver uma não conformidade em todas as análises esse prémio não é atribuído. Aquilo que o Sr. Presidente disse é grave e está preocupado.

Rui Guerra - CDU

Em resposta ao Sr. André Galhós que insinuou que na sua intervenção noutra Assembleia não foi verdadeiro ao mencionar o futebol na Fonte da Prata. Primeiro quer saudar o Sr. Almerindo Fortes pelo trabalho que está a desenvolver em prol da formação do futebol. O Sr. André Galhós veio aqui dizer que não era verdade o que disse sobre o futebol na Fonte da Prata. Mas o que foi dito foi que em setembro de 2021, anterior a este Executivo foi assinado um protocolo entre a escola de futebol D. João I e o Grupo Desportivo da Fonte da Prata, clube eclético especialmente no atletismo, mas que já tinha tido futebol e disse que tinha documentação de tal. Por isso, era bom sempre saber do que se fala, para não haver mal-entendidos.

Pedro Galha - Independente

Só quer referir duas coisas. Quer esclarecer o Sr. João Brito que nem todos os membros da Assembleia fazem parte da comissão do orçamento participativo, os independentes estão fora dessa comissão. Recorda-se que, no início, a questão levantada pela Sra. Tânia Bento foi motivo de discussão, mas depois quando foi votado o regimento ficou como está.

Outra situação e gostava de ver esclarecida, porque não concorda, é sobre porque o membro Ana Cristina Rosado não foi convocado para esta Assembleia e foi substituída por um membro do Executivo.

Gabriela Filipe – Presidente da Mesa

Em resposta ao pedido de esclarecimento feito pelo membro Pedro Galha, tem a dizer que esta situação foi toda já explanada via e-mail, com todos os membros. Foi consultada a lei e até haver uma outra opinião em contrário, esta substituição está legal.

Artur Varandas – Presidente do Executivo

Pergunta se a água que recebeu o prémio foi analisada nas torneiras da Fonte da Prata e independentemente disso se é aceitável infraestruturas de abastecimento de água terem 50 anos ou 40 e tal anos, quando o tempo médio nunca pode chegar a essa antiguidade.

Jorge Marques - CDU

A entidade reguladora obriga os Municípios a fazer um plano operacional para garantir se tem mais de 99% de sucessos, quem submete o plano de colheitas é a Câmara da Moita, o Sr. Presidente está a pôr em causa a honestidade da Câmara Municipal da Moita sobre a qualidade da água, As pessoas da Quinta da Fonte da Prata podem estar descansadas que a água é fantástica.

Seguidamente a bancada da CDU apresentou 2 requerimentos, lidos pelo membro Eli Rodrigues (anexos à ata).

Foi chamada a atenção que já tinha havido resposta a esses requerimentos que tinham sido apresentados noutra Assembleia, mas o membro Eli Rodrigues volta a frisar que o Sr. Presidente não respondeu exatamente ao que era pedido, o que leva a bancada da CDU a insistir.

ORDEM DO DIA

1 – Relatório de Gestão e Prestação de Contas 2023

Artur Varandas – Presidente do Executivo

Apresentou o Relatório de Gestão e Prestação de Contas 2023 no projetor / tela, destacando o seguinte:

- Melhor saldo de exercício de sempre
- Maior orçamento aprovado para 2024
- Maiores investimentos efetuados pela JFAV
- Maiores apoios ao movimento associativo
- Maior saldo líquido de tesouraria
- Maiores investimentos em equipamentos e máquinas para as oficinas
- Maiores valores no protocolo CMM/JFAV
- Ano de 2023 com mais cultura/desporto e actividades

(A intervenção completa do Sr. Presidente do Executivo, encontra-se gravada, para consulta)

Cândido Pereira – PS

Relativamente ao saldo que existe no valor de 232.000 € ±, foi uma questão que pôs ao Sr. Presidente, porque achava muito elevado e ele respondeu da seguinte maneira: este saldo existe por duas razões, em primeiro lugar porque são responsáveis e segundo porque são ambiciosos e depois passou a explicar, há um projeto para um núcleo cultural e eventualmente para a construção do dito núcleo cultural são precisos centenas de milhares de euros, portanto uma das justificações para essa situação foi precisamente cativar dinheiro para fazer face aos custos disso. Em relação à responsabilidade, disse que era uma questão de responsabilidade porque não comprometeram nenhum dos outros trabalhos que devem ser feitos.

Artur Varandas – Presidente do Executivo

Responde que não é só a questão do núcleo cultural em que é preciso capitais próprios para uma candidatura, este edifício precisa de obras também e o outro edifício no Parque 25 de Abril também,

portanto a qualquer momento vão ter que fazer investimentos significativos em obras nos nossos edifícios como têm feito obras noutros ativos como nos abrigos de passageiros, nos chafarizes, no espaço público, nas escolas, ou seja não deixam de fazer aquilo que consideram necessário, não utilizando saldos dos anos anteriores.

Não havendo mais intervenções por parte da Assembleia, a Presidente coloca à votação o Relatório de Gestão e Prestação de Contas 2023.

O Relatório de Gestão e Prestação de Contas 2023 foi aprovado por maioria com 7 votos a favor, da bancada do PS, BE e M+ e 6 votos contra da bancada da CDU e dos 2 membros independentes.

Seguidamente foram lidas as seguintes Declarações de Voto:

Sra. Paula Amorim, da bancada do PS (anexa à ata)

Sr. Jorge Marques, da bancada da CDU (anexa à ata)

Sr. Pedro Galha, membro independente (anexa à ata)

2 – Inventário

Artur Varandas – Presidente do Executivo

Em relação ao inventário não tem apresentação nenhuma a fazer, foram alterados alguns registos face ao ano anterior, regularização da propriedade do edifício e algumas compras e investimentos para os serviços operacionais, diversos equipamentos para parques infantis e outros tipos de equipamentos como mobiliário urbano.

Jorge Marques - CDU

A bancada da CDU vai votar contra o Inventário porque tem uma visão diferente do Executivo em relação aos ares condicionados. Estes não estão registados, foram adquiridos pela Junta, são propriedade da Junta, pagos pela Junta e que deixaram de ser património da Junta. Estes equipamentos deviam continuar a ser património da Junta porque foram colocados nos edifícios sobre os quais têm responsabilidade.

Artur Varandas – Presidente do Executivo

O Executivo tem uma interpretação diferente. Entendem que quando adquirem os ares condicionados e são colocados, sem ser no espaço físico pertencente à Junta, ficam sob a gestão de outra entidade, neste caso foi uma oferta. Os ares condicionados foram doações que depois ficam à responsabilidade da outra entidade.

Não havendo mais intervenções por parte da Assembleia, a Presidente põe à votação o Inventário.

O Inventário foi aprovado por maioria, com 7 votos a favor, da bancada do PS, BE e M+ e 6 votos contra da bancada da CDU e dos dois membros independentes.

3 – 1ª Revisão ao Orçamento

Artur Varandas – Presidente do Executivo

Apresentou a 1ª Revisão ao Orçamento conforme documentação que foi entregue, previamente, aos membros da Assembleia de Freguesia.

(A intervenção completa do Sr. Presidente do Executivo, encontra-se gravada, para consulta)

Paula Diogo – M + (Merecemos +)

Coloca duas questões que gostaria de ser esclarecida, a primeira é o valor de 40.100 € pessoal em regime de tarefa ou avença, que tipo de trabalho é para este valor tão elevado. Segunda questão é outro valor que lhe chamou a atenção, na página 9, na despesa 2, estudos e pareceres 8.000 € e outros trabalhos especializados 17 500 €.

Artur Varandas – Presidente do Executivo

Em resposta, o Sr. Presidente esclarece que adjudicaram quatro procedimentos concursais a uma empresa especializada.

Não havendo mais intervenções por parte da Assembleia, a Presidente põe à votação a 1ª Revisão ao Orçamento.

A 1ª Revisão ao Orçamento foi aprovada por maioria, com 7 votos a favor, da bancada do PS, BE e M+ e 6 votos contra da bancada da CDU e dos dois membros independentes.

Seguidamente foram lidas as seguintes Declarações de Voto:

Sra. Célia Penedo, da bancada do PS (anexa à ata)

Sr. Jorge Marques, da bancada da CDU (anexa à ata)

Sra. Rosa Paula Marques, membro independente (anexa à ata)

4 – Discussão dos Atos da Junta

Artur Varandas – Presidente do Executivo

Apresentou o Relatório de Atividades no projetor / tela, de Janeiro a Abril de 2024, falando dos pontos conforme a documentação que foi entregue aos membros da Assembleia de Freguesia.

Jorge Marques - CDU

Gostava de saber como é que está o processo do painel de azulejos do Luís Guerreiro.

Eli Rodrigues – CDU

Quer saber qual o nome da empresa que está a fazer os concursos de contratação de pessoal na Junta de Freguesia.

Artur Varandas – Presidente do Executivo

Foi designado um grupo de trabalho para analisar o local onde se irá colocar o painel de azulejos. Não tem nenhuma informação mais recente sobre a entrega. O prazo legal, quando não é estabelecido no próprio contrato, tem um prazo de entrega por lei de 3 anos e está a terminar. Vai falar com a divisão de cultura no sentido de apurar informações mais recentes sobre o que é que está a acontecer e qual é a previsão da entrega.

Em relação ao nome da empresa não sabe só indo consultar ao seu gabinete. No entanto está em ata e vai ser publicado.

Rui Guerra - CDU

Há dois anos a bancada da CDU questionou o Executivo sobre o asfaltamento da Rua Dadrá, se estava regulamentado o que foi lá feito. O Sr. Presidente disse que ir questionar a Câmara e até hoje não há resposta.

Outra questão é se o Executivo tem conhecimentos das habilitações das pessoas que acompanham as crianças do ensino pré-escolar nas horas após o horário letivo, porque, segundo consta, são pessoas a regime voluntário.

Artur Varandas – Presidente do Executivo

Ainda em resposta ao membro Eli Rodrigues, a empresa chama-se Cityhall – Consultoria pública e privada Lda. e está publicado na ata 57 de janeiro.

Em resposta ao membro Rui Guerra a questão do piso já foi respondida. Falou com uma engenheira do ambiente da Câmara que disse que tudo foi cumprido integralmente, não havia qualquer dúvida que o alcatrão poderia ser aplicado nos moldes em que foi.

Em relação às observações em relação aos prolongamentos de horário há três tipos de prolongamento de horário. Um já existia, os outros foram disponibilizados por este Executivo da Câmara em parceria com algumas entidades e com reforço dos funcionários nas escolas. São prolongamentos do horário normal, porque há pais que precisam que os filhos entrem mais cedo ou saiam mais tarde. O que tem conhecimento é que são protocolos feitos com entidades parceiras que depois prestam esse serviço, uma delas é a Escola Profissional da Moita que presta esse serviço, quem são as pessoas que têm formação adequada, se são diligentes em proporcionar atividades pedagógicas às crianças, não tem essa informação, de certeza que haverão relatórios dos diretores do agrupamento. É a primeira vez que está a ouvir alguém falar em relação a isso, é provável que haja uma ou outra situação, numa ou outra escola que as coisas não corram tão bem, mas acha que o princípio subjacente a esta medida é de extrema importância para a Freguesia e para o Concelho.

Não havendo mais intervenções por parte da Assembleia, a Presidente da Mesa deu por finalizado o último ponto da Ordem do Dia, passando, de imediato, à leitura da minuta da ata que foi votada e aprovada por unanimidade, para efeitos de aplicação imediata.

Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Assembleia de Freguesia deu por encerrada a sessão pelas 00 horas e 23 minutos, do dia 18 de abril de 2024.

A presente ata será colocada à discussão e aprovação pelos membros da Assembleia de Freguesia de Alhos Vedros e será assinada pelos membros da Mesa da Assembleia de Freguesia após aprovação.

A Mesa da Assembleia de Freguesia:

Presidente: Trabucete, R. P.

1º Secretário: Fábio Duarte Mendes Silva

2º Secretário: Maria Paula Duogo

TOMADA DE POSIÇÃO POLÍTICA

Os eleitos da CDU perante os últimos acontecimentos sobre os eleitos da Assembleia de Freguesia de Alhos Vedros, tomou a seguinte posição:

- Perante o pedido de suspensão de Paula Amorim, pensamos que a mesma continua ligada ao executivo, isto por não ter pedido uma renúncia, mas sim suspensão, logo não pode estar em dois órgãos (Assembleia e Executivo).
- A Membro da Assembleia Mafalda Campos, pediu suspensão de mandato por motivo de doença, a partir da data 11/12/2023, sem ter entregue qualquer justificação.

A CDU considera que esta Assembleia de Freguesia poderá não se encontrar em conformidade. Por isto os eleitos da CDU não se reveem com as decisões tomadas.

Alhos Vedros, 17 de abril 2024

Os Eleitos da CDU

Eli Rodrigues

Helena Alves

Fernando Rodrigues

Mafalda Silva Guerreiro

Declaração Política

Mais desenvolvimento e melhorias em Alhos Vedros

O Partido Socialista em Alhos Vedros, tem desenvolvido um trabalho de proximidade, focado na resolução dos problemas e nas necessidades dos cidadãos. Esta procura proativa, em encontrar soluções para a resolução de vários problemas e carências, têm sido bem-sucedidos em Alhos Vedros, com enormes conquistas para a população.

Tem sido possível implementar políticas públicas para melhorar a mobilidade, como é o caso das 2 novas linhas 4106, e 4107, abrangendo centro de saúde de Alhos Vedros e zonas mais rurais de Alhos Vedros.

Nas escolas o foco é o cumprimento das competências da Junta de Freguesia, mas sempre com uma proatividade e determinação em solucionar problemas do passado, recentemente foi possível solucionar o problema antigo da infiltração no Pavilhão José Afonso, assim como outros investimentos nas melhorias dos edifícios e espaços escolares, proporcionando melhores condições de ensino a toda a comunidade educativa. O ensino secundário na escola José Afonso inicia em setembro 2024 em principio com duas turmas.

O executivo da JFAV tem conseguido cumprir como os seus compromissos de resolver os muitos problemas identificados, efetuando uma gestão dos recursos da Freguesia eficiente e com o objetivo de melhorar Alhos Vedros, considerando e ponderando sempre o superior interesse e necessidades da população de Alhos Vedros.

A gestão financeira tem sido um ponto de honra para este executivo, em 2022 e 2023 foram apresentados indicadores que refletem esse empenho. A negociação de Protocolos entre a Câmara Municipal da Moita e Junta de Freguesia de Alhos Vedros, tem sido positiva permitindo à JFAV investir nas áreas da sua competência com mais eficácia.

O apoio ao movimento associativo tem sido crescente, promovendo mais a cultura, desporto, eventos e atividades nestes 2 anos.

As políticas têm como objetivo, encontrar soluções para os problemas das pessoas, e os autarcas do Partido Socialista, com empenho, resiliência e trabalho, têm conseguido resolver um conjunto alargado de problemas em Alhos Vedros e no Concelho da Moita neste mandato.

Alhos Vedros 17 de abril 2024

A Bancada do Partido Socialista de Alhos Vedros



Moção

Mobilidade para o Barreiro

No passado dia 3 de abril, na reunião pública da Câmara do Barreiro, foi aprovada por maioria a denúncia do protocolo entre a Câmara da Moita e a Câmara do Barreiro no que diz respeito à prestação de serviços dos TCB no concelho da Moita. Este protocolo existe desde 2015 e, na sua sequência, circulam no concelho da Moita as carreiras 1 e 2 que servem as populações de Alhos Vedros, Baixa da Banheira e Vale da Amoreira.

A Câmara do Barreiro acusou a Câmara da Moita de dever cerca de 130000€ e que todas as tentativas de receber esse dinheiro se revelaram infrutíferas. De seguida, a Câmara da Moita emitiu um comunicado em que reconheceu a falta de pagamento de algumas faturas, mas que entendia não dever a totalidade desse dinheiro, baseando-se num parecer jurídico.

Hoje, dia 17 de abril, o jornal *Setubalense* noticiou na página 7 que a Câmara Municipal da Moita pagou na íntegra os 137000€ correspondente a 27 faturas, relativos a serviços prestados pelos TCB. O executivo municipal do Barreiro apresentou uma proposta de revogação da denúncia do protocolo que foi aprovada. Face ao noticiado, constata-se que, de facto, essa dívida existia, contrariamente ao que a Câmara da Moita afirmou no comunicado.

Às populações de Alhos Vedros, da Baixa da Banheira e do Vale da Amoreira o que verdadeiramente lhes importa é que continuem a poder usar o transporte público para se deslocarem para o concelho do Barreiro. Estas carreiras são muito usadas nomeadamente no acesso ao terminal dos barcos.

Assim, perante o acima exposto, a Assembleia de Freguesia de Alhos Vedros delibera:

- **Manifestar o seu agrado por a renúncia do protocolo ir ser revogada;**
- **Exigir que o Executivo da Câmara da Moita honre os seus compromissos desde que legitimamente assumidos, de modo a não defraudar as expetativas dos munícipes.**

Esta Moção deverá ser enviada para o Sr. Presidente da Câmara da Moita.

Alhos Vedros, 17 de abril de 2024

A eleita do PSD

Paula Diogo

MOÇÃO

Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder local democrático

Há 50 anos, a 25 de Abril de 1974, tinha lugar a Revolução Que devolveu a Liberdade e a Democracia ao Povo Português.

As Operações programadas e executadas na madrugada do dia 25 pelos Capitães de Abril, que põem fim ao regime Fascista, somam-se pela manhã, ruas e praças de gente, pessoas que então e pela primeira vez se sentiram livres, e com o poder de decisão das suas vidas e de mudar o rumo do país.

A vontade de um novo tempo, de Liberdade, Paz, Progresso Social, Democracia e Igualdade.

Não existiu aspeto ou lugar da vida Nacional que não fosse de algum modo tocado por esta transformadora mudança.

Abril é Liberdade! De expressão e pensamento.

Abril é Liberdade de Organização e de Luta!

A Paz, o Pão, a Habitação, a Saúde, a Educação, tornaram-se na canção e sinónimos de Liberdade a Sério.

Abril foi um processo de ruptura com o regime Fascista.
Abril foi uma REVOLUÇÃO.

Por mais que tentem branquea-lo, e Reescrevê-lo Abril não foi uma "evolução" ou "transição" entre regimes.

O que falta cumprir, não é culpa de Abril, mas sim daqueles que nunca se conformaram, com o que este teve de mais avançado e progressista, e de tudo têm feito para o diminuir, desvirtuar e empobrecer.

Assim, comemorar Abril exige afirmar o que a Revolução representa e expressa enquanto processo libertador com profundas transformações na sociedade portuguesa e um dos mais altos momentos da vida e da história do povo português e de Portugal.

Comemorar Abril é Evidenciar o que foi o Fascismo, e combater o seu branqueamento, é destacar a luta antifascista, pela liberdade e a democracia.

Comemorar Abril é assinalar o seu sentido transformador e revolucionário, não rasurar a memória coletiva que o envolve, é afirmar o caminho que o tornou possível, rejeitar as perversões e falsificações históricas.

Comemorar Abril é denunciar os que o invocam para o amputar do seu sentido mais profundo, é sublinhar o que constitui hoje de valores e referências para um Portugal desenvolvido e soberano que décadas de política de direita têm contrariado.

Comemorar Abril é defender e valorizar o poder local hoje ameaçado, pelo subfinanciamento, pela sua descaracterização por via da transferência de encargos, pela ingerência tutelar, pela instrumentalização que o reconduz, em parte, a mero executor técnico das opções de terceiros. É exigir que se cumpra a Constituição e o que ela consagra e determina quanto à criação de regiões administrativas completando assim o edifício do poder local com o nível regional a par dos municípios e freguesias que está por cumprir.

Comemorar Abril é devolver ao povo as freguesias liquidadas contra a sua vontade, repondo a proximidade, participação e representatividade que elas materializam.

O Poder Local Democrático continua vivo e com energia bastante para resistir e se regenerar, seja essa a vontade dos que, nos seus órgãos, se dedicam à causa pública e se souberem juntar-lhe as mil vontades dos cidadãos que representam.

A Assembleia de Freguesia Delibera:

1. Saudar o 50º aniversário do 25 de abril e o inestimável património de transformações económicas, sociais, culturais e políticas que o materializam;
2. Reafirmar o espírito de serviço público que, há 50 anos, animou aqueles que tomaram nas suas mãos a condução das políticas locais a benefício das populações e cuja acção deixou marca indelével no Poder Local;
3. Defender o Poder Local Democrático, a sua autonomia e capacidade de realização, reafirmando Abril em cada dia de trabalho e de luta;
4. Exigir a criação das regiões administrativas sem mais delongas e processos dilatatórios;
5. Incitar a que os órgãos representativos da freguesia, contribuam para afirmar os valores de Abril e as suas conquistas e transmitir às novas gerações o que ele representa o ato de emancipação, democracia e liberdade.

6. Exortar os Órgãos a participar no desfile comemorativo do 25 de abril que irá acontecer dia 25 de abril, pelas 9h, na Vila da Moita.

Os eleitos da CDU

Alhos Vedros, 17 de Abril de 2024



BANCADA SOCIALISTA NA ASSEMBLEIA FREGUESIA DE ALHOS VEDROS

Saudação aos 50 anos 25 de Abril

O 25 de Abril de 1974 foi um momento crucial na história de Portugal, que marcou o fim de um regime autoritário de longa data. Durante 50 anos, o país foi governado por uma ditadura liderada por António de Oliveira Salazar e, posteriormente, por Marcelo Caetano. Este regime era caracterizado pela repressão política, censura e limitações às liberdades civis. A Revolução dos Cravos foi liderada por um grupo de militares que se opunham ao regime, com destaque para o Movimento das Forças Armadas (MFA). No dia 25 de Abril de 1974, esses militares executaram um golpe de Estado praticamente sem violência, com uma ação coordenada em várias frentes. O golpe foi bem-sucedido, com o governo sendo deposto e levando à queda do regime salazarista. O povo português, cansado das restrições políticas e econômicas, saiu às ruas em massa para apoiar os militares e celebrar a libertação. Um dos símbolos mais icônicos desse evento foi a distribuição de cravos vermelhos pelos soldados e civis, simbolizando a não violência e a esperança de um futuro melhor. Após a revolução, Portugal embarcou num período de transição para a democracia. Foram realizadas eleições livres, a censura foi abolida e foram implementadas reformas políticas, sociais e econômicas significativas. Este período, conhecido como "Processo Revolucionário em Curso", foi marcado por intensos debates e tensões políticas, mas eventualmente levou à consolidação da democracia em Portugal. O 25 de Abril é celebrado anualmente como um feriado nacional em Portugal, não apenas para lembrar a conquista da liberdade, mas também para refletir sobre os valores democráticos e a importância da participação cívica na sociedade. A bancada do Partido Socialista da Assembleia de Freguesia de Alhos Vedros saúda o 50º aniversário do 25 de Abril em Portugal.

Alhos Vedros 17 de Abril 2024

A Bancada do Partido Socialista de Alhos Vedros



BANCADA SOCIALISTA NA ASSEMBLEIA FREGUESIA DE ALHOS VEDROS

Saudação ao 1º Maio, Dia do Trabalhador

O Dia do Trabalhador, celebrado em 1º de Maio, é uma data de grande significado para os trabalhadores em todo o mundo. Originou-se das lutas por melhores condições de trabalho e direitos laborais no final do século XIX, especialmente após um evento marcante em Chicago, conhecido como a Revolta de Haymarket, em 1886.

A Revolta de Haymarket foi uma manifestação em apoio à greve por uma jornada de trabalho de oito horas. Durante uma manifestação pacífica, uma bomba foi lançada contra as forças policiais, resultando em confrontos e mortes. Esse evento teve um impacto significativo na conscientização sobre as condições precárias dos trabalhadores e nas demandas por reformas trabalhistas.

Desde então, o 1º de Maio tornou-se um dia de solidariedade e reivindicação pelos direitos dos trabalhadores em todo o mundo. Em muitos países, é celebrado com marchas, protestos, discursos e eventos culturais que destacam questões como salários justos, condições de trabalho seguras, horários razoáveis e direitos sindicais.

Ao longo dos anos, as conquistas dos movimentos trabalhistas levaram a melhorias significativas nas condições de trabalho em muitos países, incluindo a implementação de leis trabalhistas, regulamentações de segurança no trabalho e benefícios sociais para os trabalhadores, mais igualdade entre homens e mulheres. No entanto, o Dia do Trabalhador também serve como um lembrete das lutas contínuas que muitos trabalhadores ainda enfrentam em todo o mundo, como a exploração, a precariedade do emprego e a desigualdade salarial.

Portanto, o 1º de Maio é uma ocasião para reconhecer e honrar a contribuição dos trabalhadores para a sociedade, enquanto também se destaca a necessidade contínua de proteger e promover os direitos fundamentais dos trabalhadores em todas as áreas e setores.

A bancada do PS na Assembleia de Freguesia de Alhos Vedros, saúda o 1º de Maio dia dos trabalhadores em todo o mundo, e deseja que esta data significativa seja lembrada, celebrada e comemorada sempre, para que a memória não se apague.

Alhos Vedros 17 de Abril 2024

A Bancada do Partido Socialista de Alhos Vedros



Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia de Alhos Vedros

Nos termos da Lei e do Regimento dessa Assembleia de Freguesia vem a CDU, requerer novamente a seguinte informação:

Listagem de todos os Ar Condicionados colocados nos últimos 10 anos pela Junta de Freguesia de Alhos Vedros, os custos e as especificações técnicas dos mesmos.

Sem prejuízo de demais esforços e profissionalismo, solicitamos o respeito pelos prazos e modos definidos na legislação aplicável.

Os melhores cumprimentos

Os Eleitos da CDU para a Assembleia de Freguesia de Alhos Vedros

15 de abril de 2024

Es. Rodrigues



Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia de Alhos Vedros

Nos termos da Lei e do Regimento dessa Assembleia de Freguesia vem a CDU, requerer novamente a seguinte informação:

Listagem de apoios monetários e logísticos a associações e coletividades com discriminação do mês da atribuição, do início do mandato até 17 de abril de 2024;

Sem prejuízo de demais esforços e profissionalismo, solicitamos o respeito pelos prazos e modos definidos na legislação aplicável.

Os melhores cumprimentos

P Os Eleitos da CDU para a Assembleia de Freguesia de Alhos Vedros

17 de abril de 2024

Eli Rodrigues

Declaração Voto 1º Ponto

Relatório de Gestão e Prestação de Contas 2023

A Assembleia de Freguesia de Alhos Vedros acabou de aprovar as melhores contas de sempre da Junta de Freguesia de Alhos Vedros.

Todos os indicadores financeiros e de gestão Orçamental melhoraram em 2023 face aos anos anteriores, foi possível registar o melhor saldo líquido de sempre o melhor saldo dos exercício, os maiores apoios financeiros ao Movimento Associativo, maiores valores financeiros de protocolos com C M Moita e maior Orçamento para 2024.

Em relação á taxa execução orçamental da receita foi de 101,96 % e a taxa de execução da despesa de 67,89%, permitindo assim registar os valores financeiros anteriormente mencionados.

Em relação ás taxas de PPI e PPA, dados menos relevantes e que significam apenas percentagens apuradas de planos ou intenções, elas foram de 75,59% e 34,79%, que significam valores normais. Pode-se ponderar e analisar um exemplo de investimento planeado de 40.000 eur, para uma viatura, e depois opta-se pela aquisição de uma que custa 30.000 eur e a taxa deste investimento foi de 75%, quando na realidade se registou uma poupança de 10.000 em termos de custos de investimento.

Portanto, as contas registam o cumprimento do compromisso assumido de gestão financeira responsável de rigorosa para defender sempre o superior interesse público da população de Alhos Vedros.

Alhos Vedros 17 de Abril 2024

A Bancada do Partido Socialista de Alhos Vedros

Declaração de voto.

Do documento apresentado, objetivamente podemos retirar o seguinte:

A Junta de Freguesia de Alhos Vedros teve um nível record de receitas e um aproveitamento das mesmas no benefício da população da Freguesia medíocre.

Isto é a receita é muito boa, mas a melhoria das condições das pessoas, na nossa freguesia, não é minimamente condizente com esse aumento de receita.

A execução orçamental é medíocre 34,79%.

O investimento na manutenção das nossas escolas atingiu a medíocre quantia 17 711, 11€ quando estavam aprovados em Assembleia de Freguesia 33 000,00€.

Com tanto que existe a fazer nas nossas escolas, para melhorar as condições das instalações e melhorar as condições dos alunos, trabalhadores e professores, só gastamos metade do dinheiro disponível.

A Junta de Freguesia fez tanta propaganda na recuperação do espaço público, conservação de parques infantis, bancos de jardim e calçadas e só gastou cerca de 50% da verba disponível.

Pergunta?

Porque se cativou e não usou essas verbas nas melhorias do espaço publico exigidas por todos os fregueses?

Uma situação positiva, o aumento das contribuições para o movimento associativo, item que muito presamos na CDU. No entanto consideramos que era o mínimo que se se podia esperar com tanto dinheiro disponível, mas era importante todos nós sabermos quanto e quando esses subsídios foram/são distribuídos.

Para finalizar, pela primeira vez na nossa freguesia os valores pagos com pessoal em regime de tarefa ou avença são superiores aos gastos com os/as trabalhadores efetivos da Junta de Freguesia.

Se a Junta de Freguesia necessita de trabalhadores o Executivo deve contratar com vínculo, não deve nunca promover a precariedade laborar, como demonstra este relatório.

Os eleitos da CDU, estavam à espera de um nível de execução muito superior ao apresentado, esperavam que os resultados fossem minimamente coincidentes com a propaganda feita pelo Executivo, mas o resultado como dito em cima é medíocre, a Junta de Freguesia tem mais dinheiro, mas nós Fregueses estamos mais pobres.

Por tudo o apresentado anteriormente e sendo coerentes com as posições tomadas pelos eleitos da CDU nas discussões dos planos apresentados, os eleitos da CDU, vão votar contra o Relatório de Gestão e Prestação de Contas 2023.

Alhos Vedros, 17 de abril de 2024

Os eleitos da CDU

Carla Rodrigues

Fernando Rodrigues

Helena Alves

Luís Gomes

Declaração de voto do Independente Pedro Galha

Eu, Pedro Galha, Independente nesta Assembleia de Freguesia, votei contra este Orçamento por achar não estar legal o documento, porque aparece logo inicialmente aprovado no dia 09/04/2024 e aparece no executivo o nome da Sra. Paula Amorim, que no dia de hoje está, no meu entender, indevidamente presente nesta Assembleia, a votar neste Orçamento e por isso o meu voto contra.

18 de Abril de 2024

O Eleito Independente

Pedro Galha

Declaração Voto Ponto 3

1a Revisão do Orçamento 2024

A revisão orçamental hoje aprovada cria condições para o executivo implementar as políticas para desenvolver o trabalho e compromissos assumidos com Alhos Vedros.

Neste mandato, o executivo do PS apenas têm efetuado as revisões orçamentais anuais de Abril de incorporação dos saldos dos anos anteriores, efetuando uma gestão rigorosa a responsável e não necessitando de ajustes ou revisões adicionais desde o início do mandato.

É um direito legal inquestionável a incorporação dos saldos que transitam de ano, e faria sentido que todos respeitassem este direito democrático, como sempre se passou nesta Junta de Freguesia. No nosso entender, não se devia fazer política tentado inviabilizar o trabalho legítimo dos eleitos pela população.

Com este reforço de verbas em várias rubricas estão assegurados os investimentos e responsabilidades aprovadas em sede de Orçamento 2024 e GOPs. Os Investimentos mais importantes serão efetuados nas escolas e a aquisição de uma carrinha de serviços, face á necessidade urgente de melhorar o parque de viaturas da JFAV, pelo facto de existir pelo menos uma viatura a necessitar de urgente substituição.

Assim está assegurada a normalidade de funcionamento desta Junta de Freguesia, e a gestão financeira dos recursos públicos da população de Alhos Vedros.

Alhos Vedros 17 de abril 2024

A Bancada do Partido Socialista de Alhos Vedros

Declaração de voto.

Sobre este documento, 1ª Revisão ao Orçamento de 2024, os eleitos da CDU têm as seguintes observações:

O volume da verba inscrita na revisão ao orçamento tem o valor record de 227 268, 26€. Este valor mostra que existe saúde financeira na Junta de Freguesia, mas também mostra que existe uma cativação/apropriação de verbas enorme, isto é: em vez de se investir na melhoria das condições de vida dos fregueses de Alhos Vedros e das suas diversas e diversificadas instituições, o Executivo fica com essas verbas retidas, perguntamos? com que finalidade?

Do documento também podemos observar que o volume inscrito para as associações sem fins lucrativos é muito significativo, atinge o valor de 105 500,00€, mais uma vez consideramos que é importante para nós membros da Assembleia de Freguesia ter os elementos necessários e suficientes para podermos escrutinar objetivamente quanto, quando e a quem essas verbas são distribuídas ao longo do exercício.

Um ponto que consideramos muito negativo nesta 1ª Revisão é o valor inscrito na rubrica para “pessoal em regime de tarefa ou avença” 41 000,00€ + 40 500,00€ = 81 100,00€, valor muito superior ao destinado para o “pessoal em funções” 57 300,00€.

Quando da discussão das Grande Opções do Plano para o ano de 2024 o valor de 70 000,00€ inscrito nesta rubrica, foi um ponto fulcral para a reprovação do documento por parte dos eleitos da CDU.

Valor esse que foi reduzido significativamente na revisão desse mesmo documento, passou para 41 000,00€.

Para os eleitos pela CDU é inadmissível a insistência da promoção do trabalho precário como demonstra mais uma vez o reforço desta rubrica, que foi reforçada em praticamente 100%.

Também constatamos que não houve reforços das rubricas associadas à Segurança Social para prever a contratação de novos trabalhadores, rubricas essas que mesmo com a inscrição explícita da intenção de contratação de 4 Assistentes Operacionais até ao fim do 1º semestre de 2024, nas Grandes Opções do Plano retificadas, não sofreram qualquer atualização, isto é: se o Executivo contratar novos trabalhadores as verbas obrigatórias a pagar à Segurança Social não estão orçamentadas.

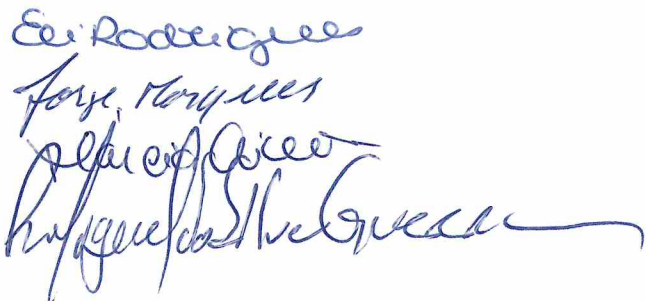
Para nós eleitos da CDU é mais uma falta grave que demonstra que não existe qualquer vontade, por parte do Executivo, de cumprir os compromissos assumidos.

Estes pontos levaram os eleitos da CDU a votar contra os dois documentos das Grandes Opções do Plano e Orçamento apresentados em dezembro.

Por coerência política e em completo desacordo com os planos do Executivo relativamente à gestão dos recursos humanos para trabalhar na Freguesia, os eleitos da CDU votam contra esta revisão orçamental.

Alhos Vedros, 17 de abril de 2024

Os eleitos da CDU



DECLARAÇÃO DE VOTO

Assunto: 1ª Revisão Orçamental

Em dezembro quando foi a aprovação do Orçamento, foi invocado por vários membros da assembleia o valor excessivo em avenças, o senhor presidente apelou para que todos aprovassem o orçamento para que fosse possível a abertura de concursos para assistentes operacionais, sendo que o que apresenta na primeira revisão do orçamento é contraditório ao que o executivo disse.

Com esta revisão é reforçada apenas 4 rubricas principais:

44.400,00 € - Despesas com pessoal (avenças)

63.168,26€ - Aquisição de bens e serviços (apenas 9.000,00 é para as escolas)

51.500,00€ - Subsídios a entidades sem fins lucrativos

66.500,00€ - capital (aquisição de viatura entre outras coisas)

Não contemplando nenhum reforço na rubrica da saúde ou da educação.

Para as escolas o reforço é praticamente inexistente.

Assim sendo, o meu voto é contra. Pois existe continuidade na não valorização da educação e da saúde.

Alhos Vedros, 17 de abril de 2024

A eleita independente Rosa Paula Marques

